

• **Risco de crédito:** Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza ferramentas, tais como, negação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. Apresentamos mais abaixo nesta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco avaliadas por agências de rating. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus ratings. Por meio de sua política, a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

• **Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota 13. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e recursos da acionista, destinando-os principalmente à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais. A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-Fixadas					
Financiamentos.....	(2.547)	(7.437)	(19.714)	(547)	(30.245)
Pré-Fixadas					
Financiamentos.....	(893)	(2.649)	(12.982)	(641)	(17.165)
Fornecedores	(6.622)	-	-	-	(6.622)

A Administração em conjunto com o acionista controlador, vem enviando esforços no sentido de reverter a situação corrente e buscar novas oportunidades para

a) recondução da maioria financeira da Companhia. Durante tal período, caso necessário, a Companhia contará com o suporte financeiro do acionista controlador.

b) Gestão do Capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31.12.2017	31.12.2016
--	-------------------	-------------------

Divida de financiamentos	41.920	54.051
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.136	6.998
Divida liquida (A)	40.784	47.053
Patrimônio líquido (B)	149.993	141.572
Índice de alavancagem financeira % (A/(B+A))	21%	25%

23. SEGUROS: Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar: Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade. Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais. Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensão Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas. A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

Prêmio Bruto

	Data de Vigência		Importância	Valor do Custo de apólice + IOF)
RISCOS	De	Até	Segurada	
Directors & Officers (D&O).....	10.08.2017	10.08.2018	40.350	127
Responsabilidade Civil e Geral .	31.10.2017	31.10.2018	20.000	966

24. CONTRATOS DE LONGO PRAZO: Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía os seguintes compromissos de longo prazo: a) Contratos de venda de energia elétrica

	Contrato de Venda de Energia			
	2019	2020	2021	Após 2022
	(MWh)	(MWh)	(MWh)	(MWh)
Energia - (MWh) ⁽¹⁾ ..	69.620	70.020	66.427	65.620

Energia - (MWh) ⁽¹⁾..

b) Contratos de compra

	Contrato de Compra			
	2019	2020	2021	Após 2022
Gás (m³) ⁽¹⁾	23.000.000	23.000.000	23.000.000	23.000.000
Água (m³) ⁽¹⁾	140.372	140.372	140.372	140.372

(1) Não examinado pelos auditores independentes. c) Contratos de venda:

	Contrato de Venda			
	2019	2020	2021	Após 2022
Vapor (t) ⁽¹⁾	45.802	45.802	45.802	45.802
Água (TRh) ⁽¹⁾	10.476.960	10.476.960	6.111.560	5.238.480
Co2 (t) ⁽¹⁾	24.542	24.542	24.542	24.542
N2 (t) ⁽¹⁾	3.285	3.285	3.285	3.285

⁽¹⁾ Não examinado pelos auditores independentes. **25. EVENTOS SUBSEQUENTES.**

a) Contrato de Compra e Venda de Ações entre a Light S.A. e a Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A., para a alienação da Companhia. Em 20 de março de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre a Light S.A. e Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A., para a alienação da totalidade das ações da Companhia, detidas pela Light, no montante de R\$43.400, que poderá sofrer ajustes até a data de fechamento. Ativos e passivos relacionados a determinados contratos da Companhia que não foram incluídos no escopo da transição supramencionada serão assumidos por outra entidade do Grupo Light antes da transferência para a Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A..

DIRETORIA EXECUTIVA		SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA	
	Jálisson Lage Maciel	Eduardo Righi Reis	Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Diretor Presidente e	Diretor Administrativo Financeiro (interino)	Superintendente de Controladoria	Contadora - Gerente de Contabilidade
	João Vieira de Araújo	CPF 044.566.946-29	CPF 094.894.347-52
	Diretor Técnico		CRC-RJ 108326/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Light Escó - Prestação de Serviços S.A., Rio de Janeiro - RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Light Escó Prestação de Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Light Escó Prestação de Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes. As demonstrações financeiras da Light Escó Prestação de Serviços S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 26 de abril de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relativo no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2018.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

INSTITUTO DOS LAGOS - RIO

CNPJ: 07.813.739/0001-61

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Valores em R\$)

	2017	2016
ATIVO	422.925.489,62	172.304.468,60
Circulante	422.790.948,47	172.194.648,26
Disponível	479.693,52	1.243.530,53
Aplicações Financeiras	814.036,91	4.194.557,74
Estoque	4.108.259,58	991.408,55
Despesas Antecipadas	44.670,26	124.661,87
Adiantamentos a Terceiros	30.519.689,97	36.395.104,17
Outras Contas	939.105,93	494.054,51
Subvenção a Receber	385.885.492,30	128.751.330,89
Imobilizado	134.541,15	109.820,34
Área Administrativa	130.381,15	109.820,34
Área de Projetos	834.324,18	718.596,55
Subvenção p/ Investimentos	-830.164,18	-718.596,55
PASSIVO	422.925.489,62	172.304.468,60
Circulante	422.925.489,62	172.304.468,60
Fornecedores	66.572.861,38	87.098.399,95
Provisões p/ Férias e Rescisões	123.114.141,11	57.046.521,92
Subvenção à Realizar	233.238.487,13	28.159.546,73
Patrimônio Social	0,00	0,00
Déficit Acumulado	0,00	0,00

INSTITUTO DOS LAGOS - RIO - PROJETO BEBEDOURO

CNPJ: 07.813.739/0012-14

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em R\$)

	2017	2016
ATIVO	5.777.455,75	3.059.523,44
Circulante	5.702.764,09	2.988.072,08
Disponível	253.036,93	347.190,98
Aplicações	274.614,75	-
Outras Contas	-	2.345,60
Subvenção a Receber	5.175.112,41	2.638.535,50
Imobilizado	74.691,66	71.451,36
Área Administrativa	74.691,66	71.451,36
PASSIVO	5.777.455,75	3.059.523,44
Circulante	5.777.455,75	3.059.523,44
Serviços Prestados a Pagar	59.118,50	362.141,32
Outras Contas	164,22	345.177,62
Subvenção à Realizar	5.614.768,77	2.274.756,93
Impostos e Contribuições a Recolher	103.404,26	77.447,57

Demonstração do Superávit Exercícios Findos em 31 de dezembro

	2017	2016
Receitas operacionais	14.486.647,69	13.378.310,01
Receita de Subvenção Realizada	14.475.454,16	13.316.158,71
Receita Financeira	11.193,53	62.151,30
Despesas operacionais	14.486.647,69	13.378.310,01
Serviços de Terceiros	7.645.849,91	8.699.617,53
Material de Consumo	1.412.787,47	631.641,01
Despesas Bancárias	19.816,93	14.000,13
Outras Despesas Operacionais	5.408.193,38	4.033.051,34
Déficit do exercício		

Demonstração do Superávit Exercícios findos em 31 de dezembro

	2017	2016
Receitas	241.426.949,59	179.789.304,77
Receitas próprias	12.648.048,60	9.685.749,81
Receitas Administrativas Repasses	12.648.048,60	9.685.749,81
Receitas com projetos	224.137.246,21	169.438.802,26
Itaboraí	29.073,55	6.946,15
São Gonçalo I	12.581.947,28	18.082.713,67
São Gonçalo II	13.795.665,45	17.837.300,33
Ricardo de Albuquerque	18.113.657,41	18.039.143,56
Marechal Hermes	18.120.472,68	17.973.304,98
Bangu	17.400.884,69	17.503.833,34
Realengo	17.993.194,88	17.348.990,76
Niterói	15.627.689,83	19.187.339,81
Bebedouro	14.475.454,16	13.316.158,71
Campos	17.488.881,22	19.896.780,07
Viamão	11.949.874,00	10.109.305,36
São Pedro da Aldeia	40.431,45	137.005,52
São Gonçalo I Complexo	10.004.668,41	0,00
Caffaro	10.111.520,06	0,00
Alberto Torres	46.443.831,14	0,00
Outras receitas operacionais	4.641.654,78	664.752,70
Receitas Financeiras	3.641.654,78	651.438,62
Recuperação de Despesas	1.000.000,00	13.314,08
Despesas	241.426.949,59	179.789.304,77
Despesas com projetos	228.778.900,99	170.103.554,96
Itaboraí	29.080,89	8.793,92
São Gonçalo I	12.582.776,40	18.131.630,40
São Gonçalo II	14.796.214,40	17.887.177,33
Ricardo de Albuquerque	18.116.146,78	18.090.651,83
Marechal Hermes	18.120.871,70	18.024.634,50
Bangu	17.401.643,49	17.554.616,15
Realengo	17.996.366,52	17.408.594,69
Niterói	15.628.543,96	19.235.538,65
Bebedouro	14.486.647,69	13.378.310,01
Campos	17.448.881,43	19.946.096,80
Viamão	12.625.895,95	10.288.467,08
São Pedro da Aldeia	40.445,86	149.043,86
Caffaro	10.930.987,65	0,00
Alberto Torres	48.567.760,76	0,00
São Gonçalo I Complexo	10.006.637,51	0,00
Outras despesas operacionais	12.648.048,60	9.685.749,81
Administração UPAS	8.764.442,40	7.346.255,97
Administração Hospitalar	3.883.606,20	2.339.493,84
Déficit do exercício	0,00	0,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2017

1) Contexto Operacional. O Instituto dos Lagos - Rio é uma Associação Não Governamental, sem fins lucrativos, com sede, foro e administração na cidade do Rio de Janeiro/RJ tendo como objeto social executar ou gerenciar programas de prevenção e atendimento integral à saúde, visando atenção primária, secundária e terciária, incluindo urgências e emergências, diagnóstico e terapêutica, órteses e próteses. 2) Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e de-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social em 31/12/17 e de 2016

(Valores em R\$)	Superávit (Déficit)	Resultado do Exercício	Saldo final
Eventos	Acumulado		
Saldo em 31/12/2015	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2016	0,00	0,00	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00		0,00
Déficit do Exercício		0,00	0,00
Saldo em 31/12/2017	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores em R\$)

Déficit do exercício	2017	2016
Redução (aumento) nas contas de ativos:	251.703.798,63	26.446.289,55
Varição do saldo de contas a receber	257.134.161,41	38.765.357,16
Varição do saldo de outros créditos e valores	5.430.362,78	12.319.067,61
Aumento (redução) nas contas de passivos:	(45.542.080,62)	(12.705.430,47)
Varição do saldo de contas a pagar	20.525.538,57	18.451.897,58
Varição do saldo de provisão de férias e rescisões	66.067.619,19	31.157.328,05
Caixa líquido originado (utilizado) nas atividades operacionais	206.161.718,01	13.740.859,08
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	24.720,81	(53.645,02)
Recebimento p/Aquisição de Bens	(111.567,63)	(106.287,88)
Aquisições de Imobilizado	136.288,44	52.642,86
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	205.078.940,40	11.449.185,96
Subvenções Governamentais	205.078.940,40	11.449.185,96
Ajustes Exercícios Anteriores		
Aumento/redução caixa e equivalentes de caixa	1.058.056,80	2.345.318,14
Demonstrações de aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	8.573.953,40	6.228.635,26
No final do período	9.632.010,20	8.573.953,40
Aumento/redução caixa e equivalentes de caixa	1.058.056,80	2.345.318,14

mais práticas emanadas da legislação societária brasileira. 3) Principais Práticas Contábeis. 3.1) Aplicações Financeiras. Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço; 3.2) Direitos e obrigações. Estão demonstrados pelos valores históricos, observando o regime de competência; 3.3) Imobilizado. Demonstrado pelo custo de aquisição. 4) Empréstimos e Financiamentos. A empresa não possui passivos, relacionado à empréstimos e financiamentos, junto à instituições financeiras nacionais. 5) Responsabilidades e Contingências. Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas. 6) Eventos Subsequentes. Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Diretor Presidente: José Marcus Antunes de Andrade

Contador Responsável: Gustavo Petrocelli - CRC-RJ101274/04